



GT 66. Poder, diferença e transformação na África Contemporânea

Coordenador(es):

Melvina Afra Mendes de Araújo (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

Paulo Ricardo Muller (UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul)

Os estudos africanos no Brasil vêm se consolidando a partir da organização de grupos de pesquisa, GTs em congressos de Ciências Sociais, Antropologia e História e seminários, assim como pela publicação de livros e dossiês em revistas sobre o tema. A Antropologia, de modo especial, vem se dedicando à compreensão de disputas em torno da construção social da contemporaneidade a partir da diversificação e complexificação de olhares sobre processos e narrativas constitutivas de diferentes contextos socioculturais africanos. Visando criar mais uma possibilidade de diálogo entre pesquisadores que se debruçam sobre temas concernentes ao continente africano, acolheremos trabalhos de viés etnográfico, teórico e/ou histórico que pensem questões referentes aos aspectos políticos, simbólicos e práticos que permeiam processos sociais e históricos de diferenciação e de articulação entre diferentes configurações de poder “tradicional” e estatal, colonial e pós-colonial, religioso e secular, institucional e informal, etc.

Uma história do processo social do cacau biológico na Ilha de São Tomé e Príncipe

Autoria: Joyce Silva dos Santos Drumond Linhares (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Esse work é uma análise da configuração social da produção agrícola, principalmente do cacau, na Ilha de São Tomé e Príncipe (República Democrática de São Tomé e Príncipe, país insular localizado no Golfo Guiné). Com inspiração nos estudos que tem o poder como foco de escolas disciplinares filosóficas, históricas e antropológicas (Michel Foucault, Benedict Anderson, Eric Wolf, Sidney Mintz), o work pretende analisar criticamente o desenvolvimento histórico desde o colonialismo ao momento presente em que vive a ilha relações de cooperação internacional que introduziram novas técnicas de produção e novas formas de comercialização, o selo biológico que está inserido na cadeia do mercado internacional de comércio justo. O cacau, fruto que chegou no século XIX na ilha, atravessa a história dos saotomenses, constituindo-se como elemento importante na organização social do país. Mesmo não sendo um fruto nativo da ilha, está presente nos traços arquitetônicos, na literatura e no imaginário como parte da identidade da ilha e lembrando uma época de riqueza, mas também de concentração, segregação e exploração, evocando tristes memórias, como já relatado por vários autores. Na pós independência (1975), o cacau foi considerado por um longo período um produto decadente na ilha em comparação aos tempos áureos em que o país chegou a ser o maior exportador de cacau do mundo, mas ainda assim se manteve e mantém como o principal produto de exportação dos ilhéus. A base econômica da ilha de São Tomé e Príncipe é extremamente estreita, isso é pouco diversificada e insuficiente na produção de bens e serviços. É a agricultura uma fatia importante, contribuindo com cerca de 20% do PIB nacional e sendo o cacau o principal produto exportado. Em 1987, a partir de um acordo com o Banco Mundial, o governo da ilha cria um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), que teve diversos efeitos sociais, como greves e paralisações das estatais agrícolas, agravamento de desequilíbrios econômicos internos e externos. Isto levou ao governo a rever suas políticas de distribuição de terras (que na pós independência nacionalizou as terras criando empresas estatais em cada roça), elaborando um Projeto de Privatização da Terra e de Apoio ao Desenvolvimento do Pequeno Produtor (PPADPP). O PPADPP vai trazer uma nova estrutura agrária, novos atores sociais, e fará parte de um processo de reposicionamento dos produtores de cacau no mercado ecológico (comércio justo) que começa a se constituir. Novas técnicas de cultivo do cacau serão introduzidas na ilha a partir do Programa Nacional de



Apoio à Pequena Agricultura Familiar PNAPAF (1995 ? 2003) que vai ter apoio de ongs internacionais, associações locais e do governo sãotomense.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: